



## Políticas Públicas para alfabetização: desdobramentos para uma aprendizagem efetiva

SANTOS, Tamyza Aline Silva dos <sup>1</sup>  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia(UESB)  
[Tamyzacontatos@gmail.com.br](mailto:Tamyzacontatos@gmail.com.br)

MENDONÇA, Daelcio Ferreira Campos<sup>2</sup>  
Universidade do Sudoeste da Bahia(UESB)  
[daelcio@yahoo.com.br](mailto:daelcio@yahoo.com.br)

### 1. Introdução:

A proposta deste trabalho é analisar de que forma estão sendo geridas as políticas públicas voltadas para alfabetização no Município de Itapetinga com intuito de atingir a meta 5 do Plano Municipal de Educação (PME- Lei nº1275/2015), considerando que alguns alunos podem apresentar dificuldades de aprendizagem. O objetivo deste trabalho é pesquisar como os professores da rede municipal de Itapetinga aplicam políticas educacionais para contemplar os alunos com maior dificuldade de aprendizagem, tendo como base as premissas do PNE ( Lei Federal nº13.005/2015).

Este estudo surgiu da necessidade de fazer uma análise da meta 5 do (PME- Lei nº 1275/ 2015) e conhecer a aplicabilidade e eficácia das políticas voltadas para a alfabetização, que é objetivo e requisito essencialmente fundamental para o desenvolvimento da leitura e escrita.

O estudo está dividido em três seções. Na primeira foi abordado a história das políticas públicas no Brasil, em seguida são apresentados alguns conceitos de alfabetização na concepção de alguns autores e por fim é feita uma análise de dados coletados em três escolas do Município de Itapetinga- BA.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia da universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), bolsista do Centro de Pesquisa e Estudos Pedagógicos (CEPEP)

<sup>2</sup> ( Orientador) docente da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB) possui doutorado em Políticas Públicas e Direito Educacional ( UFBA)





## **2. Metodologia:**

Esta pesquisa é um estudo de campo que, de acordo com Gonsalves (2001, p.67 ) “é o tipo de pesquisa que pretende buscar informações diretamente com a população pesquisada.”

A presente pesquisa apresenta coleta de dados de cunho qualitativo, segundo Denzin & Lincoln (2006) pesquisa qualitativa é aquela que “envolve uma abordagem interpretativa do mundo, seus pesquisadores tentam entender os fenômenos por meio dos significados que as pessoas a eles conferem.”

Para realização da coleta de dados foi aplicado um questionário que para Marconi & Lakatos (1996, p. 88) é uma: “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador.” O referido questionário é composto de 08 questões.

## **3. Políticas para alfabetização: bases legais e contexto histórico**

Nessa seção será feita uma revisão das bases legais e do contexto histórico das Políticas Públicas voltadas para a alfabetização, o Plano Municipal de Educação (PME Lei nº1275/2015) de Itapetinga na seção 4.2.2 afirma que: “o Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa é um acordo formal assumido pelo Governo Federal, Distrito Federal, estados, municípios e entidades para firmar o compromisso de alfabetizar as crianças até, no máximo, 8 anos de idade, ao final do ciclo de alfabetização”.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para exercer a cidadania e qualificação para o trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB- Lei de nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996) ratifica esse princípio da Educação, em seu 4º artigo, parágrafo XIII é assegurado o direito à alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica, requisitos indispensáveis para a aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo, amparada nessa lei o PME tem por meta 5 alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

Historicamente, no Brasil as políticas educacionais são recentes, no período Colonial (1500-1822) a escolarização não era preocupação para os dominadores da época, a maioria da população vivia na zona rural e a população da zona urbana sequer recebia educação primária. Somente nas décadas que antecederam a proclamação da República





que o ensino e aprendizagem da leitura e escrita se tornaram preocupação para a administração e intelectuais da corte, porém apenas nas primeiras décadas republicanas que as práticas sociais de leitura e escrita iniciais se tornaram práticas escolarizadas, especificamente em 1930 a alfabetização passou a integrar políticas e ações do governo (MORTATTI,2010.P.330)

Ainda segundo Mortatti (2010) após o golpe militar de 1964, entre os anos de 1970 e 1980 se fortaleceu a luta pela democratização da escolarização, foi então que o ensino e aprendizagem da alfabetização, bem como o fracasso escolar nas camadas populares passou a ser questionado. Em 1997 foi publicado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que sintetizam políticas públicas para a educação e alfabetização no Brasil que ainda estão vigentes. A partir da Constituição Federal de 1988 e da criação das LDBs é que várias políticas públicas estão sendo criadas para atender a legalidade do direito de acesso à escola pública de qualidade para todos, como a criação do Plano Nacional de Educação (PNE lei nº 13.005/2014).

O decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019 institui a Política Nacional da Alfabetização (PNA) cujo objetivo é melhorar a qualidade da alfabetização no Brasil e combater o analfabetismo absoluto e funcional, através desse decreto o ministério da Educação lançou também a Conabe (Conferência Nacional de Alfabetização) evento científico com foco de consolidar a alfabetização como prioridade na educação. (BRASIL, 2019,p.1)

#### **4. Considerações de alguns conceitos de alfabetização**

Segundo o dicionário Aurélio alfabetizar é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever, portanto pode ser entendido como o primeiro passo para a transformação do indivíduo, segundo Soares (1998, p. 38) “ aprender a ler e a escreve, além disso fazer uso da leitura e da escrita transformam o indivíduo, levam o indivíduo a um outro estado ou condição sob vários aspectos: social, cognitivo e linguístico”,sendo assim se tornar alfabetizado proporciona uma sensação de pertencimento e apropriação do mundo.

È notório que a sociedade está se tornando cada vez mais grafocêntrica o que reforçou a necessidade de erradicação do analfabetismo e juntamente com isso surgiu um fenômeno nomeado de letramento que é a necessidade de tornar as pessoas letradas e não apenas alfabetizadas, aprender a ler e escrever não é o suficiente, mas faz-se necessário a





apropriação e o envolvimento com práticas sociais de leitura e escrita para se ensinar a ler e escrever (SOARES, 1988, P.45) .

Na concepção de Soares (1988) para que a alfabetização tenha um efeito permanente é necessário que após alfabetizar crianças e jovens, sejam oferecidas condições de prática de leitura para que o conhecimento adquirido da leitura e escrita não se perca.

Aprender a ler e escrever não é tão simples, para Lemle (1999) é necessário adquirir alguns saberes e percepções, o primeiro deles é: saber o que representa os risquinhos no papel, e o segundo: a criança só conseguirá ler quando entender a relação simbólica dos sons com as letras e também quando perceber que há diferenças mínimas entre algumas letras do nosso alfabeto.

## **5. Análise de dados**

Os dados obtidos através dos questionários respondidos por três docentes do 3º ano do ensino fundamental I apontam uma divergência notória entre o número de alunos que sabem ler e os que sabem escrever, sendo maior o número de alunos que sabem ler e curiosamente a soma de ambos os números não atinge o total da classe. Tal dado confronta o conceito de alfabetização apresentado por Soares (1988) e no dicionário Aurélio que afirmam: alfabetizar é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever. Tal constatação demonstra déficit no processo de alfabetização, pelo fato que nem todos os alunos estão lendo e escrevendo simultaneamente.

Foram feitos apontamentos de algumas dificuldades apresentadas pelos alunos como: dificuldade de reconhecer as letras, distinguir as vogais das consoantes e identificar os sons das letras, isso é um contraste ao que afirma Lemle (1999) que para a criança ser alfabetizada é necessário a aquisição de saberes e percepções como reconhecer as letras e entender a relação simbólica dos sons com as letras.

Os dados apontam ainda que para estimular a leitura e reforçar o aprendizado são realizadas atividades como leitura compartilhada coletiva utilizando-se de diversos materiais como livros, jornais e revistas, rodas de leituras, cantinho da leitura, jogos como caça- palavras, brincadeira, sarau e ainda são ofertadas aulas de reforço no turno oposto ao que o aluno estuda, essas ações são positivas e de grande relevância para o avanço no processo de alfabetização que é prioridade da Educação e requisito essenciais para o pleno desenvolvimento do indivíduo como assegura a LDB/96, e ainda Soares(1988)







pontua que para um efeito permanente na alfabetização é necessário que após alfabetizar crianças e jovens é necessário ofertar condições de acesso a prática da leitura.

De acordo os dados a faixa etária dos alunos são de sete à dez anos com diferentes níveis de alfabetização, ou seja nem todos os alunos que estão cursando o terceiro estão alfabetizados, o que demonstra descumprimento do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa que consta no PME de Itapetinga, também descumprimento do decreto nº 9.765 de abril de 2019 que institui a Política Nacional da Alfabetização (PNA) cujo objetivo é melhorar a qualidade da alfabetização no Brasil e combater o analfabetismo funcional.

## 6. Considerações Finais

Para concluirmos esse estudo podemos pontuar que o resultado obtido através da análise dos dados coletados apontam grandes desafios para o cumprimento da meta 5 do PME que é alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do ensino fundamental, haja vista que para atingir a plena alfabetização faz-se necessário a aquisição de saberes e percepções na leitura e escrita, o que representa dificuldades para muitas crianças.

Fica assim elucidada a necessidade de fortalecer as Políticas Públicas vigentes voltadas para alfabetização, entendendo que somente através da prática social da leitura e escrita, é que a alfabetização plena e gradual requisito indispensável para aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo será cumprido.

**Palavras-chaves:** Meta 5. Alfabetização. Plano Nacional de Educação.

### Referências:

BAHIA, Lei nº1275 de 22 de junho de 2015, Plano Municipal de Educação Itapetinga, disponível em:

<https://www.camaraitapetinga.ba.gov.br/Handler.ashx?f=f&query=d3392aec-e5dd-41fb-b9d7-e43392a57dac.pdf>

BRASIL, Política Nacional de Alfabetização - Ministério da Educação disponível em; <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/politica-nacional-de-alfabetizacao> acesso em 11/10/2022.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.ht](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.ht) acesso em: 25/10/2022

LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador**, São Paulo: editora Ática, 1999.

MORTATTI, Maria do R. L. Alfabetização no Brasil: **conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos provados**. Revista Brasileira de Educação, v. 15, p.329-343, maio/ago 2010.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para realização de pesquisas em administração**, Catalão; UFG, 2011.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

